

A nova centralidade do imaterial e o desafio do desenvolvimento sustentável

The new centrality of the immaterial and the challenge of sustainable development

Sarita Albagli

Resumo

Apresentam-se as diversas abordagens que, desde a década de 60, têm ressaltado o novo papel do *imaterial* – informação, conhecimento, inovação, aprendizado, cultura, criatividade – na geração de riqueza e valor. Destacam-se suas principais características e concepções, enfatizando que embora convergindo no sentido de reconhecer a importância das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e das plataformas digitais nesse cenário, partem de perspectivas e ênfases distintas na interpretação de suas motivações e seu significado econômico, político e social. Coloca-se, então, o debate sobre qual seria o arcabouço teórico-conceitual mais apropriado para melhor compreender o caráter e a extensão dessas transformações contemporâneas, destacando também os desdobramentos no campo da política - no sentido do “fazer político” e no das políticas como estratégias de ação. Em decorrência, são descritas as implicações distintas e seu envolvimento com as estratégias de fortalecimento e afirmação de segmentos sociais marginalizados, de construção democrática, da cidadania e de desenvolvimento socioeconômico. Finalmente, sem a pretensão de esgotar a multiplicidade de aspectos e perspectivas que o tema envolve, são apontadas algumas das questões e considerações sobre suas possíveis interfaces com a questão do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Cidadania. Informação. Conhecimento. Inovação.

Abstract

The work shows different approaches that, since the 60s, have stressed the new role of the *immaterial* – information, knowledge, innovation, learning, culture, creativity – in generating wealth and values. It also highlights their main features and concepts, emphasizing that while converging towards recognizing the importance of information and communication technologies and the digital platforms in this scenario, they start from different perspectives and emphases in the interpretation of their motivations and

their economic, political, and social meaning. This work then presents the debate over what is the most suitable theoretical and conceptual framework to better understand the nature and extent of these contemporary transformations, also highlighting the developments in the field of politics in the sense of “doing politics” and in politics as action strategies. Consequently, it describes the implications and their involvement with the strategies for affirmation and empowerment of marginalized social groups, of building democracy, citizenship and socioeconomic development. Finally, without claiming to exhaust the multiplicity of aspects and perspectives involved in this topic, the work points out some of the issues and considerations about their possible interfaces with the question of sustainable development.

Keywords: Sustainable development. Citizenship. Information. Knowledge. Innovation.

INTRODUÇÃO

Diversas abordagens, desde os anos 1960, têm ressaltado sob diferentes perspectivas o novo papel do *imaterial* – informação, conhecimento, inovação, aprendizado, inovatividade, cultura, criatividade – na geração de riqueza e valor. Tais abordagens, embora convergindo no sentido de reconhecer a importância das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e das plataformas digitais nesse cenário, partem de perspectivas e ênfases distintas na interpretação de suas motivações e seu significado econômico, político e social. Coloca-se, então, o debate sobre qual seria o arcabouço teórico-conceitual mais apropriado para melhor compreender o caráter e a extensão dessas transformações contemporâneas.

Esse debate acadêmico tem também desdobramentos no campo da política - no sentido do “fazer político” e no das políticas como estratégias de ação. Algumas interpretações atribuem maior ênfase ao potencial de emancipação das atuais mudanças, ao passo que outras apontam principalmente a tendência a maior desigualdade, novas hierarquias, novas formas de subordinação, subsunção e controle. Daí, derivam-se portanto implicações distintas relativamente a possíveis estratégias de fortalecimento e afirmação de segmentos sociais marginalizados, de construção democrática, da cidadania e de desenvolvimento socioeconômico.

Sem pretender esgotar a multiplicidade de aspectos e perspectivas que o tema envolve, são aqui pautadas algumas das questões e abordagens nesse debate, sendo ao

final feitas considerações sobre suas algumas possíveis interfaces com a questão do desenvolvimento sustentável.

DIFERENTES ENFOQUES

Desde a década de 1960, cunharam-se termos como os de Sociedade do Conhecimento (MACHLUP, 1962; DRUCKER, 1968), Sociedade Pós-industrial (BELL, 1976), e Sociedade da Informação (PORAT, 1976). Essas abordagens estavam, de início, focadas nas mudanças no perfil das ocupações e nas estruturas do emprego, não revelando um amplo reconhecimento do significado da nova centralidade da informação e do conhecimento nas dinâmicas sociais, ou do imaterial em sentido mais amplo (MACIEL; ALBAGLI, 2009). Ressaltava-se, então, o aumento da participação do setor terciário ou de serviços (atividades em que o valor é produzido fundamentalmente nas interações entre pessoas e menos nas relações homem-máquina ou homem-natureza), bem como o maior peso das atividades de produção e processamento da informação nas estruturas de trabalho e emprego.

Apenas na década de 1990, o termo sociedade da informação ganharia maior expressão política, social e cultural, para além das dimensões tecnológicas e econômicas, quando boa parte dos países passou a desenvolver estratégias com o objetivo de estabelecer condições que permitissem melhor capitalizar as inovações trazidas pelo rápido desenvolvimento e difusão das TIC.

A crise geral, iniciada na década de 1970, evidenciou o esgotamento do modelo fordista de produção industrial que vigorara desde o pós Segunda Guerra Mundial, cujos fatores-chave haviam sido petróleo barato, uso de materiais intensivos em energia e produção em linha de montagem para a fabricação em escala de produtos idênticos, motivando transformações significativas no quadro sociotécnico-econômico, bem como o desenvolvimento de um novo espectro de interpretações. As TIC iriam então encontrar ambiente propício ao seu maior desenvolvimento, difusão e adoção, bem como à convergência multimídia. Além das TIC, despontava também um conjunto de tecnologias genéricas, como a biotecnologia, os novos materiais e a optoeletrônica, cujo

núcleo central consistia no aumento da capacidade de tratamento da informação, bem como sua aplicação direta no processo produtivo.

Algumas correntes da literatura econômica de inspiração neo-schumpeteriana (a chamada corrente evolucionária da economia) apontaram então a passagem para um novo **paradigma técnico-econômico** (DOSI, 1982; FREEMAN; PEREZ, 1986)¹, capitaneado e dinamizado pelas TIC. Ainda no seio do pensamento neo-schumpeteriano, se iria difundir a noção de **Economia do conhecimento e do aprendizado** (LUNDVALL, 1993; FORAY; LUNDVALL, 1996), assinalando o papel da inovação como questão central à competitividade e ao desenvolvimento, em suas dimensões individual, organizacional e territorial, entendendo-se por inovação a introdução de novo produto, processo ou formato organizacional.

Outro conjunto de visões iria caracterizar o **pós-fordismo** como sinalizando a emergência de um regime de **acumulação flexível** (HARVEY, 1993), em contrapartida à rigidez do período precedente, pautado na flexibilização de processos produtivos e do próprio trabalho – crescentemente polivalente e “precarizado”.

Mais recentemente, despontam as teses do **capitalismo cognitivo** (HARDT; NEGRI, 2000; MOULIER-BOUTANG, 2007; COCCO; GALVÃO; SILVA, 2003), para assinalar que “o que está em questão não é uma economia do conhecimento, mas uma mutação mais profunda que afeta a maneira como o capital é dotado de valor” (CORSANI, 2003, p. 15). Destaca-se aí a nova centralidade do trabalho imaterial² – informação, conhecimento, imagens, criatividade, afetos, relações -, argumentando-se que “a dimensão imaterial não é uma característica do produto, mas do trabalho” (COCCO, 2000). Ou seja, não se trata tão somente da tendência à “desmaterialização” das economias pelo aumento do conteúdo informacional e de conhecimento de produtos

¹ O enfoque de *paradigma técnico-econômico* é utilizado para indicar “o resultado de uma série de combinações viáveis de inovações (técnicas, organizacionais e institucionais), provocando transformações que permeiam toda a economia e exercendo importante influência em seu comportamento” (LASTRES; FERRAZ, 1999, p. 32).

² Hardt; Negri (2005, p. 100) ressaltam que, ainda que o número de trabalhadores hoje envolvidos diretamente na produção imaterial seja menor relativamente ao total de trabalhadores, o importante é que “as qualidades e as características da produção imaterial tendem hoje a transformar as outras formas de trabalho e mesmo a sociedade como um todo”.

e processos e a redução no uso de materiais (MARQUES, 1999), mas de uma mudança na própria qualidade do trabalho.

Dessa perspectiva, a geração de riqueza e de valor ocorre não apenas na esfera da produção (na empresa ou no mercado), mas também no consumo, na comunicação, no lazer. Enfim, trata-se da mobilização produtiva da sociedade inteira e de todo o tempo da vida, configurando-se um biocapitalismo e um biopoder (inspirando-se nos trabalhos de Michel Foucault), sendo cada vez menos possível distinguir as fases de produção das de consumo, o tempo de trabalho do tempo de vida (COCCO, 2000). Resultado da atividade social e não de um produtor individual, o “intelecto geral” (conceito originado do *general intellect* de Marx) seria constituído fundamentalmente do trabalho vivo gerando trabalho vivo, ou da produção de conhecimento pelo conhecimento (MOULIER-BOUTANG, 2009). Nesse sentido, não se poderia mais falar de um tempo de trabalho objetivo da repetição, como no fordismo, mas sim no tempo (inter)subjetivo da criação (CORSANI, 2003).

Aponta-se, assim, para uma crise das categorias da economia política clássica (mais particularmente do pensamento marxista clássico). Por outro lado, a atualidade do pensamento de Marx para pensar esse campo é argumentada pela chamada teoria crítica da economia política da informação e da comunicação (BOLAÑO, 2002).

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Interação e práticas colaborativas

Nessas diferentes abordagens, ressalta-se a nova importância da produção interativa e colaborativa de conhecimentos. Da perspectiva neo-schumpeteriana ou evolucionária, a inovação é um processo social e ninguém inova sozinho, desenvolvendo-se as noções de ambientes e sistemas de inovação, arranjos produtivos locais, bem como enfatizando-se o papel do aprendizado interativo. Da perspectiva do capitalismo cognitivo, o trabalho vivo (imaterial) gera trabalho vivo, configurando um verdadeiro processo de “polinização social”, em analogia ao trabalho polinizador das

abelhas³. Conforme Moulier-Boutang (2009, p. 13), “o valor de um bem de conhecimento depende logo do grau de cooperação entre os cérebros vivos reunidos em redes. O capitalismo cognitivo se interessa prioritariamente nessa exploração particular da força-inventiva (mais do que na antiga força de trabalho)”. De um modo geral, há hoje amplo reconhecimento do papel crucial das redes e mídias sociais (redes sociotécnicas mediadas e potencializadas por aparatos e infra-estruturas tecnológicas) e da produção *peer to peer* (livre troca de informações entre indivíduos, sem intermediação).

Circulação/abundância x Concentração/escassez

Coloca-se, por sua vez, a indagação sobre se, e em que medida, os novos meios técnicos hoje disponíveis estabelecem novas e melhores condições de acesso e disseminação de conhecimentos e informações considerados de fato estratégicos.

A codificação e a digitalização crescentes do conhecimento, transformado em informação, *pari passu* ao desenvolvimento e difusão das TIC, facilita seu acesso por um contingente crescente de pessoas, bem como a formação das redes colaborativas nas plataformas digitais. Por outro lado, contribui também para sua mercantilização e apropriação privada. Aí se expressa a tensão contemporânea entre: (a) de um lado, o imperativo de produzir mais conhecimento, informação, cultura e inovação – daí a importância de se promoverem meios para sua produção social e interativa, nos processos de “polinização”; (b) e, de outro, o aumento da concentração, do controle e da privatização da informação e do conhecimento considerados estratégicos (concomitantemente à tendência à concentração de capitais), seja por mecanismos de proteção de direitos de propriedade intelectual (DPI), seja por outros meios de apropriação do conhecimento público e socialmente produzido.

Logo, à abundância característica dos bens imateriais – que não se deterioram em seu uso ou consumo, mas, ao contrário, se fertilizam e reproduzem nas interações sociais –, busca-se dar sobrevida artificialmente à economia da escassez/raridade típica

³ Moulier-Boutang (2009) argumenta que o valor produzido no trabalho de polinização das abelhas é de 20 a 300 vezes maior do que aquele obtido com a produção de mel.

da produção material da economia industrial, por meio de instrumentos como os de proteção dos DPI.

Na verdade, sempre houve certa inadequação dos instrumentos de proteção de DPI, seja pela impossibilidade de registrar e codificar todo o conhecimento seja pela crescente dificuldade de se distinguir ou delimitar conhecimento novo daquele pré-existente (CRUZ, 1996; ALBAGLI, 1998). A essa inadequação agrega-se hoje a ineficácia desses instrumentos ante a facilidade das novas formas de reprodução digital. O enfrentamento dessa questão é portanto fundamentalmente político, ou seja, em se definir qual o papel dos mecanismos de DPI no contexto das estratégias de desenvolvimento que se deseja almejar em uma dada sociedade.

Por fim, é preciso reconhecer também que a progressão do gratuito nas redes digitais e da “economia da dádiva” (*gift economy*) tem tido, em contrapartida, a ampliação dos mecanismos de pagamento indireto, a rastreabilidade e a fidelização do consumidor, bem como a propaganda indireta.

Conhecimento tácito, aprendizado e território

Paralelamente aos novos meios de circulação da informação e do conhecimento, tem-se o aumento da importância dos conhecimentos tácitos, da capacidade de contextualização, interpretação e uso inovador.

O paradoxo cruel para o capitalismo desejoso de transformar em mercadoria a atividade humana, é que sua redução a linhas de códigos numéricos reduz instantaneamente seu valor. É o conhecimento implícito, a faculdade de contextualizar, de interpretar, é a inteligência e a criatividade, a inovação que guarda mais valor econômico (MOULIER-BOUTANG, 2009, p. 11).

Aqui portanto é crucial a distinção entre os conceitos de informação e de conhecimento, ou entre o chamado conhecimento tácito e o conhecimento codificado (como sinônimo de informação), introduzida por Michael Polanyi (1966), ao assinalar que o que sabemos é mais do que o que conseguimos falar ou descrever. O conhecimento tácito é aquele que não foi documentado e tornado explícito por quem o usa ou detém; ele deriva da experimentação e da difusão de novas práticas pela

interação local, enquanto que o conhecimento codificado é mais facilmente descrito e replicado de um lugar a outro.

Logo, se a dimensão territorial parece ter perdido importância, cabe reconhecer que o conhecimento codificado pode até ser deslocado ou “desterritorializado”, com a ajuda das TIC, mas terá de ser realocado, reterritorializado e reconstruído, para que seja apreendido e utilizado pelos atores locais, como conhecimento tácito. Assim a capacidade de inovação e aprendizado local permanece crucial – embora as TIC facilitem grandemente a difusão, à distância, de informações e conhecimentos codificados -, dada a impossibilidade de transferir conhecimentos tácitos por meio das redes eletrônicas.

A produção e o uso de conhecimentos e informações ocorrem e são moldados no ambiente social e nas estruturas coletivas em que os indivíduos se inserem e interagem. O conhecimento e o aprendizado desenvolvem-se nessas interações, em processos de comunicação mediados por arcabouços conceituais, culturais e institucionais específicos, supondo a existência de códigos compartilhados e reconhecidos pelos sujeitos da comunicação (SFEZ, 1996). O aprendizado, entendido como processo de aquisição e construção de diferentes tipos de conhecimentos, competências e habilidades, não se limita a ter acesso a informações, sendo o aprendizado interativo a principal forma de socialização de conhecimento tácito.

Mobilização ou controle social

Reconhece-se o imenso potencial das novas mídias digitais (transformadas em mídias sociais) como instrumentos privilegiados de mobilização social, de participação política e cidadã, tanto em movimentos estruturados (como os do software livre), como pela simples ação individual tornada coletiva. Elas facilitam uma maior horizontalidade das comunicações e a formação do comum, propiciando dinâmicas colaborativas, mobilizações relâmpago, transgressões de *copyrights*, entre outros, propiciando ainda novas formas de relação entre o Estado e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o poder cada vez mais se define a partir do controle sobre o imaterial e o intangível – informações, conhecimentos, idéias, gostos e desejos de indivíduos e coletivos. Constituem-se assim novas hierarquias geopolítico-econômicas,

a partir de novos diferenciais socioespaciais: fundamentalmente desiguais disponibilidades de informações e conhecimentos estratégicos, bem como desiguais posições no âmbito dos fluxos e dos fixos que compõem as redes de informação e comunicação em escala planetária. Acrescente-se ainda que redes de informação e redes de conhecimento são conceitos e realidades muito distintas, sendo estas últimas mais seletivas, controladas e hierarquizadas.

Estabelecem-se, portanto, claras linhas divisórias entre os que estão capacitados a promover ou a participar ativamente em uma dinâmica ininterrupta de inovação e aprendizado e aqueles que foram, ou tendem a ser, deslocados e marginalizados por essas transformações.

Cabe ainda assinalar que as TIC também fornecem a base técnica para os novos modos de reprodução e valorização do capital, seja o capital financeiro, transformado em pura informação, seja o capital produtivo, ao permitirem a flexibilização do aparato técnico e do trabalho e ao viabilizarem a produção e a circulação de um conjunto de bens informacionais de ágil produção, comercialização e consumo.

Trabalho

Há diversas repercussões na esfera do trabalho e do emprego: desde as possibilidades e implicações do chamado “teletrabalho” (trabalho realizado à distância, por meio das redes eletrônicas), passando pelo desenvolvimento de várias formas trabalho em rede.

A flexibilização do trabalho se expressa na realização de múltiplas e mutantes tarefas, com a pressão constante pela renovação de competências, de qualquer lugar e a qualquer tempo, com a extensão do tempo de trabalho “até ocupar toda a vida”. A possibilidade de acesso, a partir de qualquer ponto, a conteúdos e serviços diversos utilizando os meios eletrônicos, diminui as fronteiras entre os espaços e os tempos domésticos, do trabalho e do lazer. Tal flexibilidade tem representado geralmente relações e condições de trabalho mais instáveis e inseguras, do ponto de vista do trabalhador (“precarização”), nas formas de trabalho autônomo, temporário, em tempo parcial, trabalho subcontratado e “terciarizado”.

Acresce-se o problema mais geral do deslocamento ou perda de postos de trabalho, a partir das mudanças da base técnico-econômica, que vem agravando as situações de desemprego e subemprego e, deste modo, contribuindo para adensar as situações de exclusão e de tensão social. Do mesmo modo (também nos países centrais), ampliam-se as desigualdades de rendas, particularmente em razão das disparidades salariais entre trabalhadores mais e menos qualificados.

Por outro lado, reconhece-se cada vez mais que o trabalho - vivo e imaterial - investe-se de uma centralidade ascendente na dinâmica e nas estratégias de acumulação contemporânea, promovendo-se uma rearticulação entre o trabalho manual e o intelectual ou, mais propriamente, a superação da dicotomia entre eles (DANTAS, 1999; COCCO, 1999).

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quais os nexos entre essa discussão sobre o novo papel do imaterial e o desafio do desenvolvimento sustentável?

Evidenciados os limites socioambientais das atuais formas de produção e consumo, projetou-se, na agenda internacional, a proposta de desenvolvimento sustentável, conceito em gestação desde a década de 70. Ante o reconhecimento de que este é um desafio cujo enfrentamento, ademais de requerer uma solução global, deve envolver um conjunto diverso de atores (governos, setor produtivo, sociedade em geral, além das organizações internacionais), impõe-se o estabelecimento de novos termos para um compromisso político mundial: atender as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as das gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável requer novas formas de abordar problemas, definir soluções e implementar ações. Para responder à complexidade desse desafio e formular alternativas, é crucial a produção e o acesso à informação e ao conhecimento, sejam aqueles resultantes da pesquisa científico-tecnológica de ponta, sejam aqueles produzidos pelas populações tradicionais e locais.

Os países do Sul, ricos em natureza, mas carentes de conhecimentos e recursos humanos suficientes, reivindicam maior acesso não apenas a recursos financeiros, mas também à ciência e tecnologia desenvolvida no Norte, como condição para se

capacitem a participar no esforço global de superação da crise ambiental. Por outro lado, suas populações tradicionais, ao terem exercido teimosamente sua territorialidade, exercitando com sua cultura própria uma cosmovisão mais harmônica com a natureza, acumularam uma sabedoria que só a permanência no lugar, ao longo de gerações, poderia propiciar.

Os países do Norte, em contrapartida, exigem medidas mais eficazes de conservação da natureza nos territórios do Sul, e reivindicam o livre acesso aos recursos biogénéticos, com vistas ao aproveitamento econômico de suas riquezas naturais. É portanto na disputa sobre o controle das vias de acesso à informação e ao conhecimento estratégicos que se estabelecem boa parte dos pontos de conflito – e de barganha – entre os que detêm conhecimentos e tecnológicas avançadas e os que dispõem de ricas reservas de natureza e de conhecimentos locais.

O desenvolvimento de soluções inovadoras e a busca de soluções viáveis requerem facilitar e estimular a cooperação e a colaboração entre grupos e instituições de diferentes países, com bases diversificadas de conhecimento sobre as causas, conseqüências e soluções dos problemas ambientais e sobre estratégias alternativas de desenvolvimento.

O desafio do desenvolvimento sustentável poderá, portanto, evidenciar a premência e apontar caminhos para uma nova geopolítica baseada numa nova ética internacional, em que garantir condições de produção e de acesso ao conhecimento relevante a seu enfrentamento – seja ele tradicional ou de ponta -, bem como à diversidade cultural, constitui hoje aspecto crucial.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Edições IBAMA, 1998.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L.. Informação, conhecimento e desenvolvimento. *In*: MACIEL, M. L. AND ALBAGLI, S. (Orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: Ibict/UNESCO, 2007.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1973].

BOLAÑO, C. R. S. Economia Política da Comunicação: uma contribuição marxista para a constituição do campo comunicacional. *In*: BOLANO, C.R.S; MASTRINI, G..

(Org.). **Matrizes comunicacionais latino-americanas**: Marxismo e Cristianismo. 5 ed. São Bernardo do Campo: UMESP, 2002, v. 5, p. 43-62.

COCCO, G. A nova qualidade do trabalho na Era da Informação *In*: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 262-289.

COCCO, G. **Trabalho e Cidadania**: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Editora Cortez, 2000. 193 p.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P. ; SILVA, G. (Orgs.) **Capitalismo cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CRUZ, M.F. **A norma do novo**. Fundamentos do sistema de patentes na modernidade: filosofia, história e semiótica. Rio de Janeiro, 1996. 231 p.

DANTAS, M. Capitalismo na Era das Redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva *In*: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 216-261.

DOSI, G., Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, 11, 1982

DRUCKER, P. **The Age of Discontinuity**: guidelines to Our Changing Society. New York: Harper & Row, 1968.

FORAY, D.; LUNDVALL, B.-A. The knowledge-based economy: from the economics of knowledge to the learning economy *In*: NEEF; SIESFELD; CEFOLA (Eds.) **The economic impact of knowledge**. Boston: Butterworth/Heinemann, 1996. p. 115-121.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. **The diffusion of technical innovations and changes of techno-economic paragam**. Londres: University of Sussex, 1986.

HARDT, M; NEGRI, A. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LASTRES, H.M.M.; FERRAZ, J.C. *In*: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUNDVALL B-Å. The learning economy. **Journal of Industry Studies**, v. 1, n. 2, 1993.

MACHLUP, F. **The Production and Distribution of Knowledge in the United States**. Princeton, 1962.

MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S. Knowledge Societies, seen from the South: local learning and innovation challenges. **International Social Science Journal** (Special issue on Global Knowledge), n. 195, March, 2009.

MARQUES, I.C. Desmaterialização e trabalho *In*: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 191 -215.

MOULIER-BOUTANG, Y. **Le capitalisme cognitif**: la nouvelle grande transformation. Paris: Amsterdam, 2007.

MOULIER-BOUTANG, Y. Wikipolitique et api-économie, information, pouvoir et politique dans une société numérique (Version préliminaire). *In*: Seminário Internacional «Informação, Poder e Política: novas mediações tecnológicas e institucionais». **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2009.

POLANYI, M. **The Tacit Dimension**. London: Routledge & Kegan, 1966.

PORAT, M.U. **The Information Economy**. California: Stanford University, 1976.

SFEZ, Lucien. Informação, saber e comunicação. **Informare** – Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-13, 1996.

Sarita Albagli

Pesquisadora do IBICT e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ).

sarita@ibict.br